

## **COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REQUERIMENTO Nº           , DE 2011 (Do Sr. ASSIS MELO e outros)**

Solicita realização de audiência pública conjunta, entre a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater o tema das práticas antissindicais em desacordo com o previsto na Convenção n.º 98, da OIT.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 24, III, nas disposições do Art. 32, XVIII, alíneas “i” e “l” e do Art. 255, do Regimento Interno, solicito que seja realizada Audiência Pública Conjunta entre esta Comissão e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com base no art. 32, inciso VIII, alínea “a”, também do Regimento Interno, para debater o tema das práticas antissindicais em desacordo com o previsto na Convenção n.º 98, da OIT. Solicito que, aprovado esse requerimento seja oficializada a referida Comissão para que, oportunamente, delibere sobre esse requerimento.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A prática de ações antissindicais representa uma afronta ao direito da organização sindical. Embora condenável, vem sendo reiteradamente praticada em diversas empresas. Discriminações a trabalhadores sindicalizados, constantes pressões para dessindicalização, uso constante do mecanismo da demissão de participantes de ações sindicais, restrições a reuniões e a outras formas de organização dos trabalhadores são apenas alguns exemplos dessas práticas. Não são isolados os casos em que até mesmo a violência física é empregada para essas finalidades. Todas afrontam abertamente as disposições da Convenção n.º 98, da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Esses são direitos tão importantes que estão igualmente protegidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece, em seu Artigo XXIII, o direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, à remuneração justa e satisfatória e o direito de “organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.”

Essa audiência permitirá, ouvindo especialistas e representantes dos órgãos públicos e das entidades sindicais empresariais e dos trabalhadores, que essas Comissões identifiquem alternativas para coibir essas práticas e assegurar o exercício pleno de direitos constitucionais.

Sala da Comissão, em        de março de 2011

Deputado **ASSIS MELO**  
PCdoB/RS

Deputada **JÔ MORAES**  
PCdoB/MG

Deputada **MANUELA D'ÁVILA**  
PCdoB/RS